

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO -
CODESA

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2022

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa
Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias

Saldos iniciais

Conforme requerido pela NBC TA 510 (R1) - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, aplicamos procedimentos de auditoria adicionais sobre transações e valores que compõem os saldos iniciais do período findo em 30 de setembro de 2022. Contudo, tais procedimentos não foram suficientes para assegurar a inexistência de efeitos relevantes que pudessem impactar o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “ Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Alteração do controle acionário da Companhia

Conforme Nota Explicativa nº 1.1. às informações contábeis intermediárias, em 30 de março de 2022 a companhia Holding Codesa S.A. (controladora) comprou da União Federal, as ações da Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa através do leilão de desestatização. Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação da compra e venda das ações do capital social da “Codesa” de titularidade da União, em lote único de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, devidamente integralizadas conforme o contrato de compra e venda de ações e outras avenças. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação e esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.



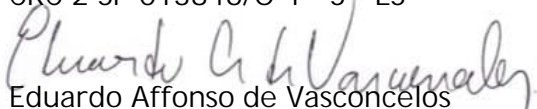
Valores correspondentes ao período e ao exercício anteriores

As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período de nove meses findo nessa data, obtidas das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de setembro de 2021 e o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, como preparadas originalmente, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria datados, respectivamente, de 10 de dezembro de 2021 e 07 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

São Paulo, 13 de dezembro de 2022.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - ES


Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-3 -S - ES

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S/A - CODESA

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/09/2022	31/12/2021		Nota explicativa	30/09/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66.032	131.445	Fornecedores	17	4.481	3.688
Contas a receber de clientes	5	8.712	12.933	Adiantamentos de clientes - contas a receber	5	1.788	3.135
Créditos negociados com clientes	6	5.944	1.187	Obrigações tributárias	18	2.439	1.234
Estoques	7	76	74	Salários e encargos	19	10.915	5.989
Impostos a recuperar	8	10.215	19.273	Outras contas a pagar	20	1.455	3.731
Despesas antecipadas	9	7.726	22	Arrendamentos	21	614	562
Outros créditos	10	2.602	3.688	Adiantamento clientes - arrendamento	22	2.000	2.000
Total do ativo circulante		101.307	168.622	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	23	6.970	7.933
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	11	56.439	53.691	Total do passivo circulante		30.662	28.272
Impostos diferidos	12	51.712	50.523	Impostos diferidos	12	5.015	3.369
Outros créditos	13	12.373	6.191	Arrendamentos	21	6.669	5.002
Investimentos	14	2	2	Adiantamento clientes - arrendamento	22	20.500	22.000
Imobilizado	15	55.853	415.872	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	23	80.477	80.477
Intangível	16	723.389	-	Provisão plano de pensão - PORTUS	24	30.154	46.210
Total do ativo não circulante		899.768	526.279	Provisões para riscos	25	33.220	13.605
Total do ativo				Total do passivo não circulante			
		1.001.075	694.901	Obrigações com Poder Concedente	26	272.523	-
				Outras contas a pagar			
				27			
				7.043			
				455.601			
				177.732			
				Patrimônio líquido			
				Capital social			
				28.1			
				568.531			
				Adiantamento Aumento de Capital - AFAC			
				28.3			
				-			
				21.198			
				Ajustes de avaliação patrimonial			
				28.4			
				13.316			
				(540)			
				Prejuízos acumulados			
				28.5			
				(67.035)			
				(82.053)			
				Total do patrimônio líquido			
				514.812			
				488.897			
Total do passivo e patrimônio líquido				Total do passivo e patrimônio líquido			
				1.001.075			
				694.901			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S/A - CODESA

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	3° Trim 2022	30/09/2022	3° Trim 2021	30/09/2021
Receita operacional líquida	29	43.362	131.783	46.543	126.778
Custo dos serviços e das mercadorias vendidos	30	(21.228)	(52.028)	(16.317)	(44.911)
Lucro bruto		22.134	79.755	30.226	81.867
Receitas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	30	(13.835)	(39.480)	(11.635)	(31.454)
Outras receitas e despesas, líquidas	31	(19.094)	(23.290)	(1.021)	(9.750)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(10.795)	16.985	17.570	40.663
Resultado financeiro	32				
Receitas financeiras		5.490	16.469	1.561	3.352
Despesas financeiras		(2.425)	(6.252)	(3.916)	(9.299)
Lucro líquido/(prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(7.730)	27.202	15.215	34.716
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	12	(2.605)	(11.727)	(2.682)	(8.456)
Diferidos	12	4.060	(457)	-	-
Lucro líquido/(prejuízo) do período		(6.275)	15.018	12.533	26.260
Resultado por Ações ordinárias Em Reais - R\$	28.2	(0,000888)	0,002126	0,001889	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>3° Trim 2022</u>	<u>3° Trim 2021</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do período	15.018	26.260	(6.275)	12.533
Outros resultados abrangentes	13.856	13.247	(2.341)	4.592
Outros	-	998	-	319
Resultado abrangente total do período	<u>28.874</u>	<u>40.505</u>	<u>(8.616)</u>	<u>17.444</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S/A - CODESA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	297.940	264.844	(13.916)	(148.682)	400.186
Aporte de capital	252.352	-	-	-	252.352
Adiantamento para aumento de capital	-	(244.104)	-	-	(244.104)
Resultado do período	-	-	-	26.260	26.260
Outros resultados abrangentes	-	-	13.247	-	13.247
Saldos em 30 de setembro de 2021	550.292	20.740	(669)	(122.422)	447.941
Saldos em 31 de dezembro de 2021	550.292	21.198	(540)	(82.053)	488.897
Aporte de capital	-	(21.198)	-	-	(21.198)
Redução de capital social	(8.261)	-	-	-	(8.261)
Aporte acionista	26.500	-	-	-	26.500
Resultado do período	-	-	-	15.018	15.018
Outros resultados abrangentes	-	-	13.856	-	13.856
Saldos em 30 de setembro de 2022	568.531	-	13.316	(67.035)	514.812

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO

Demonstrações dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	30/09/2022	30/09/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	15.018	26.260
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda com o caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	9.828	10.359
Provisões passivas	21.412	(2.436)
Perda Estimada com crédito de liquidação duvidosa	551	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	457	3.026
Adiantamento clientes - arrendamento	(1.500)	-
Juros apropriados - arrendamento mercantil	243	243
Juros apropriados - TCF Portus	4.747	5.976
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(2.667)	699
Ajuste de exercício anterior	-	998
Ajuste avaliação patrimonial	-	13.247
Lucro ajustado	48.089	58.372
Redução/(aumento) em ativos operacionais:		
Contas a receber - clientes	3.670	(9.034)
Créditos negociados com os clientes	(4.757)	(27)
Estoques	(2)	23
Impostos a recuperar	9.058	7.990
Despesas antecipadas	(7.704)	222
Depósitos judiciais	(81)	(7.899)
Outros créditos	(5.096)	1.287
Aumento/(redução) em passivos operacionais:		
Fornecedores	793	2.128
Obrigações tributárias	1.205	2.618
Obrigações trabalhistas	4.926	1.228
Adiantamentos de clientes	(1.347)	663
Arrendamentos	-	(7.729)
Pagamento Portus	(7.910)	-
Provisão plano de pensão - Portus	-	(18.299)
Provisões para riscos	(1.797)	-
Outras contas a pagar	(2.301)	(1.688)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	36.746	29.855
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
imobilizado e intangível	(800)	(5.271)
Outorga de bonificação	(106.000)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(106.800)	(5.271)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de arrendamento mercantil	(661)	-
Captação de empréstimos TCF Portus	-	2.250
Devolução AFAC	(21.198)	(244.103)
Aumento de capital social	26.500	252.352
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	4.641	10.499
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(65.413)	35.083
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	131.445	85.709
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	66.032	120.792
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(65.413)	35.083

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO S/A - CODESA

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Milhares de Reais - R\$)

	30/09/2022	30/09/2021
Receita	147.784	139.420
Receita da operação portuária	101.893	97.663
Receita de arrendamentos	47.091	44.833
Vendas canceladas	(649)	(30)
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	(551)	(3.046)
	<u>147.784</u>	<u>139.420</u>
Insumos adquiridos de terceiros	(45.914)	(19.166)
Custos serviços prestados	(13.052)	-
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(32.862)	(19.166)
	<u>(45.914)</u>	<u>(19.166)</u>
Valor adicionado bruto	101.870	120.254
Retenções	(9.828)	(10.359)
Depreciação/amortização	(9.828)	(10.359)
	<u>(9.828)</u>	<u>(10.359)</u>
Valor adicionado produzido pela entidade	92.042	109.895
Valor adicionado recebido em transferência	16.469	(5.359)
Receitas Financeiras	16.469	3.352
Outras Receitas e Despesas (Reversões/Provisões)	-	(7.125)
Outras	-	(1.586)
	<u>16.469</u>	<u>(5.359)</u>
Valor adicionado a distribuir	<u>108.511</u>	<u>104.536</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	34.020	34.470
Benefícios a empregados	13.058	8.302
Honorários de conselhos	-	1.829
FGTS	2.118	-
Tributos		
Federais	34.881	21.685
Estaduais e municipais	2.819	2.690
Remuneração de capital de terceiros		
Juros e variações monetárias	6.252	9.300
Aluguéis	345	-
Remuneração de capital próprio		
Lucro do período	15.018	26.260
Valor adicionado distribuído	<u>108.511</u>	<u>104.536</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA ("CODESA" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A CODESA tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações do capital social da Companhia detidas pela Holding Codesa S.A. ("Holding" ou "Acionista Majoritário") foram compradas da União Federal ("União") e do Estado do Espírito Santo. A transação relacionada a parcela das ações de titularidade da União, ocorreu via leilão de desestatização realizado em 30 de março de 2022 ("Leilão"), na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

A Companhia foi declarada vencedora do Leilão pela oferta de um montante incremental de outorga ("Bonificação de Outorga") no valor de R\$ 106.000.

Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a liquidação da compra e venda das ações do capital social da CODESA de titularidade da União, em lote único de 5.858.234.864 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, devidamente integralizadas, representativas de aproximadamente 89,64% do capital social total da CODESA, pelo valor global de R\$ 293.258 conforme o Contrato de Venda e Compra de Ações e Outras Avenças, disponibilizado no Anexo 1 do Edital ("Contrato de Compra e Venda") e a liquidação da compra e venda da totalidade ações, também em lote único de 26.038.457 unidades, representativas de 0,40% do capital social da Companhia, porém pertencentes ao Estado do Espírito Santo. Após ambas as liquidações, a Holding passou a deter 5.884.273.321 ações, representativas de 90,04% do capital social da CODESA. As 650.916.086 (seiscentos e cinquenta milhões, novecentos e dezesseis, oitenta e seis) ações remanescentes, ainda detidas pela União, foram oferecidas aos empregados e aposentados, nos termos do Anexo 8 do Edital.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

O Edital do Leilão também determinou que vencedora do leilão deveria integralizar, no mínimo, 25,00% do total da Bonificação de Outorga através do aumento do capital social da CODESA. Este aumento de capital social foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), através da aprovação da emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal em volume de até 587.932.574 e com valor de até R\$ 29.431. No ato o Acionista Majoritário, subscreveu 529.373.487 ações, de forma proporcional à sua participação societária no capital social da Companhia. Para tal, foi integralizado, em moeda corrente nacional, o montante total de R\$ 26.500 correspondente aos 25% (vinte e cinco por cento) da Bonificação de Outorga, de acordo com a Seção XI - "Do aumento de capital social", do Edital.

Após o aumento de capital pelo Acionista Majoritário, capital social da Companhia subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 531, representado por 7.064.562.808 ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, de classe única.

O restante do aumento de capital social aprovado na AGE, no valor de R\$ 2.931, equivalente a 58.559.087 ações, ficou disponível para ser subscrito por empregado ou aposentados da CODESA, nos termos do Anexo 8 do Edital. Nos termos do documento, os empregados e aposentados que tiverem adquiridos ações inicialmente ofertadas pela União poderiam exercer o direito de acompanhar o aumento de capital realizado pela Holding ("Direito de Preferência").

1.2. Compra de ações do Estado do Espírito Santo

Conforme previsto no Edital a Holding adquiriu a totalidade das ações da CODESA de titularidade do Estado do Espírito Santo. Este exerceu o direito de *tag along*, vender nas mesmas condições e preço pago pelas ações da União, no total de 26.038.457 ações, pelo montante de R\$ 1.303, cuja liquidação também ocorreu em 05 de setembro de 2022, conforme Contrato de Compra e Venda.

1.3. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia foi avaliado em 30 de setembro de 2022 com base no valor contábil, pelo montante de R\$ 514.812, sendo o acervo líquido contábil avaliado conforme segue:

Ativo	Valor
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.032
Impostos a recuperar	10.215
Impostos diferidos	51.712
Depósitos judiciais	56.439
Intangível/Imobiliado	779.243
Outros ativos	37.434
	1.001.075

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Valor
Fornecedores	4.481
Empréstimos e financiamentos (TCF PORTUS)	87.447
Provisão Plano de Pensão PORTUS	30.154
Impostos diferidos	5.015
Provisões para riscos	33.220
Obrigações com poder concedente)	272.523
Outros	53.423
	<u>486.263</u>
<u>Acervo líquido</u>	<u>514.812</u>

O valor líquido registrado no patrimônio líquido considera: a) alteração no controle acionário (item 1.1), b) ganho líquido no montante de R\$ 13.856, em relação à perda de R\$ 540 apresentada no saldo de 31 de dezembro de 2021 referente ao ajuste de avaliação patrimonial do plano de benefício PBP-1, junto ao PORTUS, com e, c) prejuízo acumulado de R\$ 67.034.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e intermediárias s e principais políticas contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 09 de dezembro de 2022.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em conformidade com o Pronunciamento Contábil CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 - Relatório Financeiro Intermediário, emitido pelo IASB " *International Accounting Standards Board* ", e as políticas contábeis adotadas no Brasil.

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e em conformidade com as IFRS.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada exercício, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas demonstrações financeiras intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela CODESA é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais serviços as Tarifas Portuárias e Contratos de Arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou adiciona despesas não tributáveis ou tributáveis em outros exercícios, além de excluir alguns itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Em 30 de setembro de 2022, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a realização do imposto diferido ativo não seja provável, o saldo não é reconhecido, após avaliação efetuada anualmente.

Em 30 de setembro de 2022, a Companhia possui saldo de R\$ 34.637 impostos diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL acumulada.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

No Brasil, para as operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,6%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços (“ISS”) é calculado de forma similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia opera é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros poder ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem Empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem multas nem outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.1.2. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do *desreconhecimento*, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, passivo de arrendamento e financiamento de dívida com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos e fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: Os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de 'repasse' e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de forma linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 8,61% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O impacto da Implementação do CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento (IFRS 16), está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.2.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

Em 30 de setembro de 2022, os saldos de ativos de direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil eram conforme segue:

Ativos de direito de uso	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.537
Adições	2.137
Ajuste	(279)
Amortização (resultado operacional)	(459)
Crédito PIS/COFINS	(42)
Saldos em 30 de setembro de 2022	<u>6.894</u>

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo de arrendamento mercantil	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.564
Adições	2.137
Juros apropriado	243
Amortização (resultado operacional)	(661)
Saldos em 30 de setembro de 2022	7.283

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("*impairment*").

2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 16. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15. Redução ao valor recuperável ("*impairment*")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela CODESA.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

2.21.Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

2.21.1.Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2.21.2.Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio)

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b)Provisões para riscos

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 28). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são revisadas ao menos no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

2. Novas normas e interpretações, e revisões

- Alteração da norma IAS 16 - Imobilizado;
- Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 30 de setembro de 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para período findo em 30 de setembro de 2022. A companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor:

- Alterações IAS 8 (CPC 23): Definição de estimativas contábeis;
- Alteração da norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual;
- Alteração da norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9.
- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e saldo em bancos	138	93
Aplicações financeiras (a)	65.894	131.352
Total	<u>66.032</u>	<u>131.445</u>

(a) As aplicações financeiras em fundos Extramercado são compostas por títulos públicos federais indexados a taxas pré-fixadas e/ou pós-fixadas (SELIC/CDI). A rentabilidade e a liquidez do fundo são diárias e seu prazo de duração é indeterminado. O fundo tem como parâmetro de rentabilidade o Índice de Renda Fixa de Mercado 1 - IRF-M 1.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

	30/09/2022	31/12/2021
Faturas a receber de clientes	18.070	21.740
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(9.358)	(8.807)
Total de contas a receber	8.712	12.933
Adiantamentos de clientes (Passivo)	<u>1.788</u>	<u>3.135</u>

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. Quando do recebimento em caso de faturas vencidas incidem juros de mora, multas e correção monetária.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Codesa é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumariada a seguir:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.807)
Constituição	(3.715)
Reversão	3.164
Saldos em 30 de setembro de 2022	<u>(9.358)</u>

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2022		31/12/2021	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	6.253	-	8.233	(109)
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	1.015	-	2.888	(468)
De 31 a 60 dias	1.458	(39)	1.207	(468)
De 61 a 180 dias	181	(157)	3.411	(1.871)
De 181 a 365 dias	1.773	(1.772)	2.232	(2.122)
Mais de 365 dias	7.390	(7.390)	3.769	(3.769)
	<u>18.070</u>	<u>(9.358)</u>	<u>21.740</u>	<u>(8.807)</u>

5. Créditos negociados com clientes

	30/09/2022	31/12/2021
Títulos a receber de clientes	18.428	13.671
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.484)	(12.484)
Total	<u>5.944</u>	<u>1.187</u>

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso de um arrendatário ativo e outro ex arrendatário, que se tornaram inadimplentes. Para o ex-arrendatário, que vinha ocupando a área por conta de liminar, que foi derrubada, com reintegração de posse da área pela Codesa, a provisão para perda estimada do crédito compreende todas as parcelas não liquidadas tendo em vista débitos vencidos superiores a 90 dias, que levaram ao vencimento de todas as parcelas, conforme previsto em contrato, além de histórico de inadimplência. Quanto ao arrendatário ativo, o saldo é de parcelas a vencer, além de existência de garantias reais contratual.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	5.944	-	1.187	-
Títulos vencidos				
Mais de 365 dias	12.484	(12.484)	12.484	(12.484)
	<u>18.428</u>	<u>(12.484)</u>	<u>13.671</u>	<u>(12.484)</u>

6. Estoques

	30/09/2022	31/12/2021
Materiais de almoxarifado	76	74

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos a recuperar

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ a compensar	2.129	3.613
CSLL a compensar	554	554
INSS retido a compensar	151	170
PIS a compensar	472	472
COFINS a compensar	2.245	2.245
Crédito PIS/ COFINS aquisição de bens	2.589	12.077
Outros tributos	<u>2.075</u>	<u>142</u>
Total	<u><u>10.215</u></u>	<u><u>19.273</u></u>

8. Despesas antecipadas e demais ativos

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Licença de software	28	8
Seguros Responsabil.Civil Administr.	261	-
Seguro de Vida usuários e Terceiros	2	14
Dragagem de aprofundamento (a)	<u>7.435</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>7.726</u></u>	<u><u>22</u></u>

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas e a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete a o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota 12).

9. Outros créditos

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Adiantamento a funcionários	1.548	1.420
Assistência médica a recuperar	1.045	1.178
Créditos convênios	-	1.048
Outros créditos	<u>9</u>	<u>42</u>
Total	<u><u>2.602</u></u>	<u><u>3.688</u></u>

10. Depósitos judiciais

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Depósitos trabalhistas	42.520	41.077
Depósitos recursais	3.837	3.396
Depósitos outros	<u>10.082</u>	<u>9.218</u>
Total	<u><u>56.439</u></u>	<u><u>53.691</u></u>

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

Depósitos Judiciais	Trabalhista	Recursal	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41.077	3.396	9.218	53.691
Depósitos/Bloqueios	6.866	641	867	8.374
Juros/Atualizações/IR	2.135	67	465	2.667
Resgates CODESA	(2.135)	(43)	(10)	(2.188)
Saques Reclamantes	(5.447)	(225)	(491)	(6.163)
Transferência	24	1	33	58
Saldo em 30 de setembro de 2022	42.520	3.837	10.082	56.439

11. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

	30/09/2022	30/09/2021
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	27.202	34.716
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	8.740	(9.792) *
III- Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro (I + II + III)	35.942	24.924
IV - Cálculos pela alíquota base de IRPJ e CSLL:	(12.202)	(8.456)
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL (IV x 34%)	(8.626)	(5.982)
Alíquota adicional de 10% IRPJ (IV - parcela de dedução x 10%)	(3.576)	(2.474)
V - Incentivo Fiscal	(18)	-
VI- Taxa efetiva		
IRPJ e CSLL ajustados (V + VI + VII)	(12.184)	(8.456)
Alíquota efetiva	44,79%	24,36%
IRPJ e CSLL Correntes	11.727	8.456
IRPJ e CSLL Diferidos	457	-
Total	12.184	8.456

* A Companhia passou a reconhecer os impostos diferidos a partir de dezembro de 2022, portanto as diferenças temporárias de setembro de 2021 estão somadas as diferenças permanentes.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2022 e 2021, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	30/09/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo (passivo)						
Prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL	25.004	9.632	34.636	28.711	10.967	39.678
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de créditos	3.609	1.299	4.908	4.380	1.577	5.957
Provisão para contingências	8.305	2.990	11.295	3.401	1.225	4.626
Outras	642	231	873	193	69	262
Total	37.560	14.152	51.712	36.685	13.838	50.523
Passivo (ativo)						
Depreciação Fiscal x Gerencial	(3.688)	(1.327)	(5.015)	(2.477)	(892)	(3.369)
Total	(3.688)	(1.327)	(5.015)	(2.477)	(892)	(3.369)

12. Outros créditos não circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Fundos do investimentos	14	14
Adiantamentos diversos	116	116
Créditos a recuperar	4.617	3.067
Assistência médica a recuperar	2.050	2.994
Despesas antecipadas	5.576	-
Total	12.373	6.191

13. Investimentos

Trata-se de valores no grupo de Obras de arte/outros.

14. Imobilizado

Taxa média de depreciação (% a.a.)	-	4 a 5	2,5 a 50	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-	-	-
	Terrenos	Obras complem.	Obras civis	Instalações	Máquinas/ Equipam.	Veículos	Móveis/ utensílios	Equip. dados	Imobiliz em curso	Direito de uso	Total do Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2020											
Sd inicial	11.056	1.329	358.171	23.034	66	401	630	114	27.695	5.437	427.933
Aquisições	-	-	223	249	33	-	153	124	5.637	583	7.002
Baixas	(2.795)	(261)	(20)	(2.294)	(320)	-	(2.034)	(2.199)	-	-	(9.923)
Depreciação	-	(123)	(11.031)	(1.770)	(9)	(91)	(134)	(40)	-	(429)	(13.627)
Crédito PIS/COFINS S/ Arrendamentc	-	(13)	(383)	(185)	-	-	-	-	-	(54)	(635)
Baixas de depreciação	-	261	-	797	293	-	1.579	2.192	-	-	5.122
Saldo contábil, líquido	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Custo	11.056	10.747	451.856	34.919	10.358	664	2.882	2.807	27.695	6.033	559.017
Aquisições	-	-	223	249	33	-	153	124	5.637	730	7.149
Baixas	(2.795)	(261)	(20)	(2.294)	(320)	-	(2.034)	(2.199)	-	-	(9.923)
Depreciação acumulada	-	(9.293)	(105.099)	(13.043)	(10.008)	(354)	(807)	(541)	-	(1.226)	(140.371)
Saldo contábil líquido	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Terrenos	Obras complem.	Obras civís	Instalações	Máquinas/ Equipam.	Veículos	Móveis/ utensílios	Equip. dados	Imobiliz em curso	Direito de uso	Total do Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2021											
Sd inicial	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	10	1.006	2.137	3.650
Transferências	-	(10.486)	(452.219)	(15.307)	(1.366)	-	-	-	-	-	(479.378)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	-	(287)	(8.548)
Depreciação	-	(81)	(8.107)	(1.038)	(10)	(69)	(29)	(35)	-	(459)	(9.828)
Crédito PIS/COFINS S/ Arrendamentc	-	(10)	(276)	(98)	-	-	-	-	-	(42)	(426)
Baixas de depreciação	-	9.384	113.482	10.548	1.089	-	-	-	-	8	134.511
Saldo contábil líquido	-	-	-	14.044	5	241	165	166	34.338	6.894	55.853
Saldos em 30 de setembro de 2022											
Custo	8.261	10.486	452.059	32.874	10.071	664	1.001	731	33.332	6.763	556.242
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	10	1.006	2.137	3.650
Transferências	-	(10.486)	(452.219)	(15.307)	(1.366)	-	-	-	-	-	(479.378)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	-	(287)	(8.548)
Depreciação acumulada	-	-	-	(3.631)	(8.929)	(423)	(836)	(575)	-	(1.719)	(16.113)
Saldo contábil líquido	-	-	-	14.044	5	241	165	166	34.338	6.894	55.853

Em 30 de setembro, após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o grupo do Intangível. A depreciação dos bens remanescentes no imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas.

O teste de impairment (recuperabilidade) foi aplicado ao final do exercício de 2021 e não houve nenhum valor a ser reconhecido.

a) Direito de uso - aluguéis

Direito de Uso (Ativo)	Saldo contábil 31/12/2020	Adições	Varição monetária / Efeitos de renovação	Depreciações	Créditos PIS/COFINS	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	5.437	-	583	(429)	(54)	5.537
Direito de Uso (Ativo)	Saldo contábil 31/12/2021	Adições	Varição monetária / Efeitos de renovação	Depreciações	Créditos PIS/COFINS	Saldo em 30/09/2022
Imóveis	5.537	2.137	(288)	(450)	(42)	6.894

15. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e Barra do Riacho assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato.

Todos os bens relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível no período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é apresentada como segue:

	OUTORGAS Direito da Concessão	Ativos Intangíveis da Concessão	Total Ativos Concessão	Bens Anteriores a Concessão	Total Ativo Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2020					
Saldos iniciais	-	-	-	6.434	6.434
Amortização	-	-	-	(6.434)	(6.434)
<u>Saldo contábil, líquido</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Custo	-	-	-	6.434	6.434
Amortização acumulada	-	-	-	(6.434)	(6.434)
<u>Saldo contábil líquido</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	OUTORGAS Direito da Concessão	Ativos Intangíveis da Concessão	Total Ativos Concessão	Bens Anteriores a Concessão	Total Ativo Intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2021					
Saldos iniciais	-	-	-	-	-
Aquisições	724.850	-	724.850	-	724.850
Transferências	-	344.866	344.866	-	344.866
Ajuste a Valor Presente	(346.327)	-	(346.327)	-	(346.327)
<u>Saldo contábil, líquido</u>	<u>378.523</u>	<u>344.866</u>	<u>723.389</u>	<u>-</u>	<u>723.389</u>
Saldos em 30 de setembro de 2022					
Custo	724.850	-	724.850	-	724.850
Transferências	-	344.866	344.866	-	344.866
Ajuste a Valor Presente	(346.327)	-	(346.327)	-	(346.327)
<u>Saldo contábil, líquido</u>	<u>378.523</u>	<u>344.866</u>	<u>723.389</u>	<u>-</u>	<u>723.389</u>

16. Fornecedores

	30/09/2022	31/12/2021
Fornecedores de Material	48	44
Fornecedores de Serviços	4.433	3.644
Total de Fornecedores	<u>4.481</u>	<u>3.688</u>

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações tributárias

	30/09/2022	31/12/2021
COFINS a recolher	652	442
PIS a recolher	138	93
ISS a recolher	373	561
IRPJ/CSLL a recolher	1.276	138
Total	<u>2.439</u>	<u>1.234</u>

18. Salários e encargos

	30/09/2022	31/12/2021
Salários, férias e outras gratificações	8.838	4.013
INSS a recolher	506	381
FGTS a recolher	238	294
IRRF sobre a folha de pagamento	1.021	731
Outras obrigações trabalhistas	312	570
Total	<u>10.915</u>	<u>5.989</u>

19. Outras contas a pagar circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Credores diversos	317	276
Credores depósitos caucionados	58	1.840
Depósitos e consignações	373	765
Assistência médica	707	850
Total	<u>1.455</u>	<u>3.731</u>

20. Arrendamentos

Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Imóveis	5.636	-	545	448	(1.065)	5.564
Circulante	470				Circulante	562
Não Circulante	<u>5.166</u>				Não Circulante	<u>5.002</u>
Total	<u>5.636</u>				Total	<u>5.564</u>

Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	Pagamentos	Saldo em 30/09/2022
Imóveis	5.564	2.137	243	-	(661)	7.283
Circulante	562				Circulante	614
Não Circulante	<u>5.002</u>				Não Circulante	<u>6.669</u>
Total	<u>5.564</u>				Total	<u>7.283</u>

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto à terceiros.

Em 30 de setembro de 2022, o saldo não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	2023	2024	2025	2026 até o término dos contratos	Total
Imóveis	209	653	697	5.110	6.669

21. Adiantamento clientes arrendamento

	30/09/2022	31/12/2021
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos Não circulante	20.500	22.000
Total	22.500	24.000

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do processo administrativo de nº 3453/2007.

22. Termo de Compromisso Financeiro - Portus

	30/09/2022	31/12/2021
Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC		
Circulante	6.970	7.933
Não circulante	80.477	80.477
Total	87.447	88.410

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- Sistema Price de Amortização; e

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 01.01.2020.

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

	Valor
Saldo inicial em 01 de dezembro de 2020	84.578
(+) Juros	5.976
(-) Pagamentos	(10.156)
(+/-) Atualização/Ajustes	8.012
Saldo do TCF em 31 de dezembro de 2021	88.410
(+) Juros	2.630
(-) Pagamentos	(7.910)
(+/-) Atualização/Ajustes	4.317
Saldo do TCF em 30 de setembro de 2022	87.447

23. Plano de pensão - Portus

	Valor
Saldo Plano Pensão Portus 31/12/2021	46.210
Ajustes cálculo atuarial no período	(2.200)
Ajuste ORA	(13.856)
Saldo Plano Pensão Portus 30/09/2022	30.154

24. Provisões para riscos

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a CODESA é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

24.1. Provisões para demandas judiciais prováveis

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão provável para demandas judiciais		
Processos trabalhistas	13.314	11.701
Processos cíveis	19.906	1.904
Total	<u>33.220</u>	<u>13.605</u>

A partir de 31 de dezembro de 2020 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais:

	<u>Processos cíveis</u>	<u>Processos trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.402	12.452	17.854
Complemento de provisão	701	8.651	9.352
Pagamentos/baixas de alvarás	(3.058)	(9.461)	(12.519)
Reversão de provisão não utilizada	(1.141)	59	(1.082)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.904</u>	<u>11.701</u>	<u>13.605</u>
Complemento de provisão	18.001	3.411	21.412
Pagamentos/baixas de alvarás	-	(1.797)	(1.797)
Saldos em 30 de setembro de 2022	<u>19.905</u>	<u>13.315</u>	<u>33.220</u>

24.2. Demandas judiciais classificadas como possíveis

	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Demandas judiciais Possíveis		
Processos trabalhistas	15.348	8.768
Processos cíveis	35.136	23.689
Total	<u>50.484</u>	<u>32.457</u>

25. Obrigações com o poder concedente

	<u>30/09/2022</u>
Outorga fixa	618.850
Ajuste a valor presente	(346.327)
Total	<u>272.523</u>

O contrato de concessão assinado com a União Federal em 20 de setembro de 2022 prevê obrigações financeiras que refletiram e irão refletir nas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

25.1.Outorga fixa

O valor de Outorga Fixa estabelecido no item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 milhões durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 15 e o Passivo conforme a efetivação do pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

25.2.Outorga Variável:

Prevista no item 6.2.2, a Outorga Variável corresponderá ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,5% sobre a totalidade da receita bruta da Concessionária. Para fins de pagamento o cálculo da contribuição variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente (Item 6.2.4 e 11.5.5).

25.3.Verba de Fiscalização

A CODESA deverá pagar, durante toda a vigência deste Contrato de Concessão, anualmente à ANTAQ a Verba de Fiscalização no valor de R\$ 3,1 milhões. O valor será atualizado pelo IPCA e será liquidado em 12 parcelas mensais conforme item 6.4 do contrato de concessão. Os valores serão alocados diretamente nos custos do período.

25.4.Obrigação sobre terreno greenfield de Barra do Riacho

O item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno greenfield de Barra do Riacho, o que corresponde a R\$ 1,3 milhões por ano. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

Assim, como a outorga variável, a parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras contas a pagar não circulante

	30/09/2022	31/12/2021
Obrigações convênios	6.822	6.848
Credores depósitos caucionados	221	221
Total	<u>7.043</u>	<u>7.069</u>

27. Patrimônio Líquido

27.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 550.292, equivalente a 6.634.793.859 ações ordinárias nominativas.

Em 05 de setembro de 2022, ocorreu a alienação de parte das ações da União Federal e da totalidade das ações do Governo do Estado do Espírito Santo, que foram adquiridas pelo Holding Codesa. Em seguida, após nova integralização, o capital social passou a ser de R\$ 568.531.

Acionistas	30/09/2022		31/12/2021	
	Ações	%	Ações	%
Holding CODESA S.A.	6.413.646.808	90,8%	-	-
União Federal	650.916.000	9,2%	6.608.358.544	99,6%
Governo Espírito Santo	-	-	26.435.315	0,4%
	<u>7.064.562.808</u>	<u>100,0%</u>	<u>6.634.793.859</u>	<u>100,0%</u>

27.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

	30/09/2022	30/09/2021
Lucro Líquido	15.018	26.260
Ações Ordinária	7.064.562.808	6.634.793.859
Resultado Básico por ações em Reais R\$	<u>0,0021</u>	<u>0,0040</u>

27.3. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em atendimento aos dispositivos da Resolução CPPI nº 188/2021 que aprovou a modelagem e condições de desestatização da Companhia, o saldo dos recursos recebidos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC enquanto empresa ainda pública, foram integralmente restituídos aos acionistas.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

27.4. Ajustes de avaliação patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, apontou em 30 de setembro de 2022, um ganho líquido de R\$ 13.856 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2021 referente ao compartilhamento do risco do plano.

27.5. Prejuízos acumulados

O Prejuízo Acumulado de R\$ 67.035 é resultado do saldo dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do lucro apurado até 30/09/2022.

28. Receita operacional líquida

	30/09/2022	30/09/2021	3º Trim 2022	3º Trim 2021
Receita operacional bruta	148.984	142.496	48.744	52.482
Receitas com serviços portuários	101.892	97.663	32.917	37.026
Receitas com arrendamentos	47.092	44.833	15.827	15.456
Impostos sobre serviços	(16.552)	(15.688)	(5.359)	(5.938)
Cancelamentos	(649)	(30)	(23)	(1)
Receita operacional líquida	<u>131.783</u>	<u>126.778</u>	<u>43.362</u>	<u>46.543</u>

29. Custos e despesas por natureza

	30/09/2022	30/09/2021	3º Trim 2022	3º Trim 2021
Despesas com pessoal	(56.060)	(45.766)	(23.004)	(15.799)
Serviços de terceiros	(15.256)	(14.639)	(6.306)	(5.920)
Depreciações e amortizações	(9.828)	(10.359)	(3.226)	(3.459)
Materiais	(172)	(40)	(146)	(7)
Seguros	(271)	(223)	(80)	(74)
Energia, água e outras utilidades	(1.984)	(1.921)	(677)	(716)
Ações Judiciais	(4.272)	(823)	(681)	(497)
Multas	(373)	(1.183)	(327)	(1.071)
Despesas Tributárias	(367)	(232)	(64)	(30)
Outras despesas	(2.925)	(1.179)	(552)	(379)
Total	<u>(91.508)</u>	<u>(76.365)</u>	<u>(35.063)</u>	<u>(27.952)</u>
Custos dos serviços prestados	(52.028)	(44.911)	(21.228)	(16.317)
Despesas gerais e administrativas	(39.480)	(31.454)	(13.835)	(11.635)
Total	<u>(91.508)</u>	<u>(76.365)</u>	<u>(35.063)</u>	<u>(27.952)</u>

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

30. Outras receitas e despesas, líquidas

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>3° Trim 2022</u>	<u>3° Trim 2021</u>
Provisões para riscos	(21.412)	(8.249)	(18.613)	(1.256)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(633)	(3.046)	(39)	(28)
Provisão assistência médica	(1.909)	(115)	(340)	-
Reversões de provisões	192	1.259	82	73
Outras despesas e receitas operacionais	472	401	(184)	190
	<u>(23.290)</u>	<u>(9.750)</u>	<u>(19.094)</u>	<u>(1.021)</u>

31. Resultado financeiro

	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>	<u>3° Trim 2022</u>	<u>3° Trim 2021</u>
Receitas financeiras:				
Variação monetária ativa	575	497	251	44
Rendimentos com aplicações financeiras	10.456	1.678	4.106	998
Juros ativos	2.707	417	157	121
Descontos obtidos	28	2	-	1
Outras receitas financeiras (juros e atual. s/ dep. Judiciais)	2.703	758	976	397
	<u>16.469</u>	<u>3.352</u>	<u>5.490</u>	<u>1.561</u>
Despesas financeiras				
Variação monetária passiva	(4.928)	(9.004)	(1.811)	(3.749)
Gastos com emissão de apólices	-	-	-	-
Despesas bancárias	(33)	(31)	(1)	(15)
Juros sobre empréstimos	(522)	(108)	(358)	(79)
Juros passivos	(15)	-	-	-
Juros e multa sobre debêntures	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(754)	(156)	(255)	(73)
	<u>(6.252)</u>	<u>(9.299)</u>	<u>(2.425)</u>	<u>(3.916)</u>

32. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém seguros para risco de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão, seguros de responsabilidade do contrato concessão e seguro civil de diretores, conselheiros e administradores.

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia tem contratado seguros com cobertura nos seguintes riscos:

	Coberturas	
	<u>30/09/2022</u>	<u>30/09/2021</u>
Incêndio, raio ou explosão no imóvel	35.000	-
Responsabilidade contrato concessão	50.144	-
"Directors and Officers - D&O"	20.000	-

Em 2021 não havia seguros dessa espécie contratado.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

33. instrumentos financeiros

33.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

33.2. Categorias de instrumentos financeiros

Instrumentos Financeiros	Nota	Valor Justo	
		30/09/2022	31/12/2021
Ativo			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes caixa	4	66.032	131.445
Contas a receber	5	8.712	12.933
Créditos negociados com clientes	6	5.944	1.187
Depósitos Judiciais	11	56.439	53.691
		<u>137.127</u>	<u>199.256</u>
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	17	4.481	3.688
Passivo de Arrendamentos	21	7.283	5.564
TCF PORTUS	23	80.447	88.410
Plano de Pensão PORTUS	24	30.154	46.210
		<u>122.365</u>	<u>143.872</u>

33.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis intermediárias Em 30 de setembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

ILSON JOSÉ HULLE FILHO
DIRETOR PRESENTE

BRUNO LUCIANO FARDIN
DIRETOR OPERACIONAL

PEDRO HENRIQUE GARCIA
DIRETOR COMERCIAL

KÁTIA LIMA MARINATO
COORDENADORA CONTÁBIL
CRC: 18.609-O